

TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DO SURGIMENTO A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

DISTANCE EDUCATION TRAJECTORY: FROM EMERGENCE EDUCATION TO HIGHER EDUCATION IN BRAZIL

- **Daniela Ernesto de Lima e Silva** (UFRN – danniernesto@hotmail.com)
 - **Adir Luiz Ferreira** (UFRN – adirlfer@gmail.com)

Resumo:

Este trabalho apresenta uma trajetória da educação a distância, iniciando pelo seu surgimento, contexto histórico, passando pelos primeiros fundamentos teóricos desta modalidade de ensino e aprendizagem e enfatizando na educação superior a distância no Brasil. Esses dados são frutos de pesquisas bibliográficas para construção do primeiro capítulo da dissertação de mestrado que contempla a socialização dos estudantes na educação superior do curso de pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Como estudos na área da Educação a Distância ainda são pequenos em relação a modalidade presencial, esses dados oferece ao leitor a oportunidade de fazer uma breve leitura da trajetória do EaD do Século XVIII até os dias atuais, trazendo uma contribuição para os estudos acadêmicos da área.

Palavras-chave: Educação a distância; Trajetória; Ensino Superior.

Abstract:

This work presents a distance education trajectory, beginning with its emergence, historical context, passing through the first theoretical foundations of this modality of teaching and learning and emphasizing in distance higher education in Brazil. These data are the fruit of bibliographical research for the construction of the first chapter of the master's dissertation that contemplates the socialization of students in higher education of the pedagogy course of the Federal University of Rio Grande do Norte. As studies in the area of Distance Education are still small in relation to the face-to-face modality, these data offer the reader the opportunity to make a brief reading of the trajectory of the Eighteenth Century to the present day, bringing a contribution to the academic studies of the area .

Keywords: Distance education; Trajectory; Higher education.

1. Breve histórico

A história da educação a distância está relacionada com os processos de globalização que não se limita apenas a economia, mas interfere também nas transformações culturais e educacionais. Com isso, a educação a distância apesar de ser uma modalidade antiga, ainda se apresenta como o ensino do futuro, centrado no aprendiz e o professor como orientador de percursos de aprendizagens autogeridas pelo próprio estudante, uma vez que sua principal característica é a flexibilidade do tempo e espaço do estudo. O surgimento da Educação a distância está relacionado à necessidade de preparo cultural e profissional de

peças que não podiam frequentar um estabelecimento de ensino presencial, a evolução desta modalidade se relaciona a evolução das tecnologias disponíveis em cada momento histórico que influenciam o ambiente educativo e a sociedade.

A evolução das tecnologias utilizadas na educação a distância, são vinculadas a evolução dos meios de comunicação. Iniciando na Grécia e depois em Roma, existia uma rede de comunicação permitindo o desenvolvimento significativo da correspondência. As cartas comunicavam informações científicas e inauguraram uma nova era na arte de ensinar, seu primeiro marco da educação a distância, foi o anúncio publicado na Gazeta de Boston, no dia 20 de março de 1728, pelo professor de taquigrafia Cauleb Phillips: “Toda pessoa da região, desejosa de aprender esta arte, pode receber em casa várias lições semanalmente e ser perfeitamente instruída, como as pessoas que vivem em Boston” (LOBO NETO, 1995).

Após este marco, anúncios posteriores também foram publicados na Suécia em 1933, na Inglaterra em 1940 e assim o ensino por correspondência se propagou pela Europa. Mas a institucionalização da educação a distância só aconteceu em meados do século XIX com a criação da primeira escola por correspondência destinada ao ensino de línguas, em Berlim 1856 por Charles Toussaint e Gustav Langenscheidt. Em 1873, em Boston, Anna Eliot Ticknor criou a Sociedade para Incentivar o Estudo em Casa; Em 1891, Thomas J. Foster, na Pensilvânia, iniciou o Instituto Internacional de Correspondência com curso sobre medidas de segurança no trabalho da mineração; Ainda no mesmo ano (1891), a administração da Universidade Wisconsin recebeu e aceitou de seus professores a proposta para organizar cursos por correspondência nos serviços de extensão universitária; No ano seguinte, 1892 o reitor da Universidade de Chicago, William R. Harper, que já havia experimentado a utilização da correspondência na formação de docentes para escolas dominicais, criou uma Divisão de Ensino por Correspondência no Departamento de Extensão daquela Universidade; Em 1895, em Oxford. Joseph W. Knipe utilizou o mesmo método de ensino; Em 1898, em Malmoe na Suécia, Hans Hermod, diretor de uma escola de com cursos de línguas e cursos comerciais, ofereceu o primeiro curso por correspondência, dando início ao Instituto Hermod.

No final da Primeira Guerra Mundial, em virtude de um considerável aumento da demanda social por educação, surgiram novas iniciativas de ensino a distância. Um acontecimento previsto por Willian Harper, 1886:

Chegará o dia em que o volume da instrução recebida por correspondência será maior do que o transmitido nas aulas de nossas academias e escolas; em que número de estudantes por correspondência ultrapassará o dos presenciais.

Os destinos da educação a distância foram afetados pelo desenvolvimento dos serviços dos correios, transportes e tecnologias aplicadas no campo da comunicação e informação. A antiga União Soviética em 1922 organizou um sistema de ensino por correspondência que em dois anos passou a atender 350.000. A França criou em 1939 um serviço de ensino por via postal para a clientela de estudantes deslocados pelo êxodo. Ainda neste período, há uma propagação de outro meio de comunicação o rádio, que também é utilizado como recurso tecnológico na educação a distância. O rádio alcançou muito sucesso em experiências internacionais e bastante explorado na América Latina nos programas de educação a distância do Brasil, Colômbia, México e Venezuela.

Após as décadas de 1960 e 1970 que embora mantendo sua base de materiais escritos, passou a aderir o áudio e videocassete, transmissões de rádio e televisão, o videotexto, o computador e mais recente a tecnologia de multimeios, combinando textos, sons, imagens e instrumentos para fixação de aprendizagem com retornos imediatos. Atualmente, tanto em país desenvolvidos e os que estão em desenvolvimento estão aderindo aos meios pedagógicos do ensino não presencial que possibilitem a formação inicial, continuada e a qualificação e treinamento profissional.

A educação a distância, embora tenha um histórico anterior é uma modalidade para solucionar defasagens educacionais atuais, aumentando seus desafios de aceitação social como uma modalidade educacional eficiente. A evolução das novas tecnologias de comunicação e informação, como televisão, vídeo e informática conectada a rede mundial de computadores, a internet, todos esses recursos tem ajudado na propagação da modalidade sem desprezar os meios tradicionais os meios tradicionais de correio, telefone e postos pedagógicos organizacionais possibilitando um aproveitamento amplo de suas possibilitassem benefício da educação.

No início a adoção da educação a distância foi utilizada como recurso de superação de deficiências educacionais para qualificação profissional e aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos, hoje está sendo cada vez mais usada em programas que complementam outras formas de outras formas tradicionais face a face, de interação e ainda sofre críticas por ser uma modalidade de ensino alternativo que complementa o sistema de ensino presencial.

A Educação a Distância no Brasil iniciou em 1939 com Instituto Rádio-Monitor e que em 1941, passou a ser o Instituto Universal Brasileiro, onde iniciaram várias experiências de educação a distância que garantiu sucesso na modalidade, mas embora a modalidade estivesse dando certo, ainda não havia uma aceitação governamental e social pela modalidade, o que hoje estamos em fase de expansão com maior aceitação e reconhecido legalmente. Para aceitação e fortalecimento da educação a distância, vários projetos colaboraram na sua disseminação:

- 1904 – Escolas internacionais, privadas, ofereciam cursos pagos por correspondência.
- 1934 – Edgard Roquete-Pinto instalou a Rádio Escola Municipal no Rio. Estudantes tinham acesso antecipado ao material impresso e esquemas das aulas e o contato com os estudantes era por correspondência.
- 1939 – Surgiu o Instituto Universal Brasileiro, em São Paulo.
- 1941 – A primeira Universidade do Ar, que durou dois anos.
- 1947 – Nova Universidade do Ar, patrocinada pelos sistemas SENAC, SESC e por emissoras associadas.
- De 1961-1965 – Movimento de Educação de Base (MEB) – Igreja Católica e Governo Federal utilizavam um sistema rádio-educativo: educação, conscientização politização, educação sindicalista, dentre outras.
- 1970 – Projeto Minerva – Convênio entre a Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta para produção de textos e programas.
- 1972 – o Governo Federal enviou à Inglaterra um grupo de educadores, tendo à frente o conselheiro Newton Sucupira: O relatório final marcou uma posição

reacionária as mudanças no sistema educacional brasileiro, colocando um grande obstáculo à implantação da Universidade Aberta e a distância do Brasil.

- Ainda na década de 70, a Fundação Roberto Marinho., iniciou o programa de educação supletiva a distância, para 1º e 2º grau.
- 1992 – Foi criada a Universidade Aberta de Brasília (Lei 403/92) que atendia três campos distintos:
 - a) Ampliação do conhecimento cultural: Organização de cursos específicos de acesso a todos;
 - b) Educação continuada: reciclagem profissional em várias categorias de trabalhadores que já tinham passado pela faculdade.
 - c) Ensino superior: Incluindo cursos de graduação e pós-graduação.

2. Fundamentos da educação a distância no Brasil: Conceitos e fundamentos

Os cursos a distância utilizavam correspondências com a finalidade de ampliar a oferta de oportunidades educacionais, permitindo que as camadas sociais menos privilegiadas e economicamente pudessem participar do sistema formal de ensino, sobretudo a educação básica, uma vez que as preocupações iniciais da EaD focam nesse nível de educação e cursos profissionalizantes.

A educação a distância era pouco valorizada e reconhecida como de baixo nível pela população, mas uma modalidade que estava dentro dos ideais de democratização do ensino, sofria preconceitos e tinham estigma de ser um ensino destinado as massas a população marginalizada, para compensar os atrasos educativos provocados pelo modelo capitalista de desenvolvimento.

O processo educacional a distância é centralizado no aluno e mediado pelas tecnologias da sociedade da informação. No início dos anos 90 um grupo de educadores europeus elaboraram um estudo com objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre treinamento a distância na União Européia que resultou no relatório VOCTADE – Vocational Education Training (VET) at a distance in the European Union, que representou um levantamento das diversas metodologias utilizadas pelas diversas instituições de ensino que trabalhavam com EaD na União Europeia. Em 1997, esse relatório foi aceito como um trabalho de cunho científico pelos profissionais do meio acadêmico, colaborando para o aprofundamento dos conhecimentos sobre esta modalidade de ensino.

Foram utilizados como referenciais no relatório muitos autores que já estudavam sobre a modalidade, dentre eles o irlandês Desmonde Keegan que reuniu autores que estudavam sobre o tema e classificou a Educação a Distância em três grupos: Primeiro, As teorias da autonomia e independência defendidas por Charles Wedemeyer (EUA) e Michel Moore (Reino Unido), que refletem como componente essencial, a independência do aluno; o segundo, A teoria da industrialização educacional do alemão Otto Peters, que visualiza o campo da educação a distância como uma forma industrializada de

ensinamento e aprendizagem; E o terceiro, as teorias de interação e comunicação formuladas por Baath, Borje Holmberg (Suécia), Sewart, Daniel & Marquis (Reino Unido),

A metodologia aplicada na educação a distância, prima pela conscientização dos alunos sobre seu papel no resultado das atividades acadêmicas para seu aprendizado. Keegan (1996), tem como conceito de autonomia e independência o fundamento e a aprendizagem que se remetem a criação de oportunidades para que possa acontecer. Essas oportunidades de aprendizagem implicam na criação de meios efetivos, que na EaD os principais são: comprometimento e responsabilidade do aluno, orientação e apoio e disponibilidade dos professores, utilização compartilhada dos métodos e meios de transmissão das informações, respeito as diferenças individuais capazes de respeitar o ritmo da aprendizagem de cada estudante.

A estrutura administrativa da EaD, criada pelo Ministério da Educação, compõe uma Secretaria específica para EaD manuais de avaliação e regras próprias para credenciamento de Instituições, autorização e reconhecimento de cursos que tem com que a educação a distância no Brasil se desenvolva em paralelo com a Educação Presencial. A perspectiva de convergências das duas modalidades conta com fator comum, ou seja, a necessidade de utilização das novas tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento das atividades educativas, tornando o desafio de criar instrumentos de gestão do sistema de ensino que propiciem a melhoria na qualidade do ensino ofertado e uma estruturação harmoniosa da educação a distância na realidade educacional brasileira.

Os pressupostos teóricos da educação a distância ainda carentes de maior aprofundamento e amparam-se na teoria da autonomia e independência; A teoria da industrialização e a teoria da interação e da comunicação como as teorias mais sólidas dos fundamentos da EaD.

Quanto ao conceito da educação a distância, Niskier (2000), diz que:

A EaD tornou-se a modalidade fundamental de aprendizagem e ensino no mundo inteiro. Antes cercada de mistério, hoje é até mesmo reivindicada por sindicatos poderosos no Brasil, onde seu prestígio cresce de forma bastante visível. Parte-se de um conceito extremamente simples: Alunos e professores separados por uma certa distância, e as vezes pelo tempo. A modalidade modifica aquela velha idéia de que, para existir ensino, seria sempre necessário contar com a figura do professor em sala e de um grupo de estudantes.

Ainda há uma dificuldade em se chegar a um consenso sobre a definição de educação a distância devido ao fato de existir uma carência na definição de seus fundamentos. O autor Holmberg (1985) que defende a teoria da interação e da comunicação como base dos fundamentos da EaD, define-a dizendo:

A expressão “educação a distância” cobre as distintas formas de estudo em todos os níveis que não se encontram sob contínua e imediata supervisão dos tutores, presentes com seus alunos na sala de aula, mas não obstante, se beneficiam do planejamento, orientação e acompanhamento de uma organização tutorial.

Já Moore e Kearsley (1996), definem EaD não como modalidade de educação, mas como ensino, dizendo que:

O ensino a distância é o tipo de método de instrução em que as condutas docentes acontecem a partir das discentes, de tal maneira que a comunicação entre o professor e o aluno é realizada mediante textos impressos, por meios eletrônicos, mecânicos ou por outras técnicas.

A variedade de conceitos de educação a distância colabora na discussão dos pesquisadores da área no que se refere ao tempo, distância, educação, ensino, entre outros. Ao mesmo tempo em que essas discussões e pesquisas avançam, as instituições de ensino superior que trabalham com educação a distância organizam seus sistemas de gestão em função de um referencial de organização do trabalho contando com meios técnicos e tecnológicos na preparação dos materiais didáticos, aplicação de técnicas de produção e distribuição de materiais em escala industrial, buscando aperfeiçoar os recursos humanos, físicos, financeiros e tecnológicos disponíveis.

3. Educação a distância no ensino superior no Brasil

Até o final do século XX a história da educação brasileira não apresenta registros da modalidade em educação a distância nas Instituições de Ensino superior. A primeira iniciativa de EaD, surgiu em 1904, como vimos anteriormente, com instituições privadas oferecendo iniciação profissional técnica sem exigência de escolarização anterior. Somente na década de 1990 as Instituições de Ensino Superior no Brasil mobilizaram-se para modalidade de Educação a Distância com uso de novas tecnologias da comunicação e informação. Em 1994, houve a expansão da internet no ambiente universitário, e somente em 1996 nascia a primeira legislação específica para educação superior na modalidade a distância no Brasil, a Lei 9.394/96 que oficializou na política nacional, normatizando a modalidade e dando validade e equivalência para todos os níveis de ensino.

No Artigo 80 da Lei 9.394/96, compõe um capítulo específico, determinando as necessidades de credenciamento das instituições; definindo que cabe a União a regulamentação dos requisitos para registro de diplomas; disciplinando a produção, o controle e a avaliação de programas de educação a distância e fazendo referência a uma política que facilite as condições operacionais que apoie a implementação.

Artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.

1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

2º A União regulamentará os requisitos para realização de exames e registro de diploma relativo a cursos de educação a distância.

3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e autorização para implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado que incluirá:

I – Custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II – Concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas.

No Brasil, a Educação a Distância foi regulamentada pelo Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005 que caracteriza a educação a distância como modalidade educacional na

qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Atribuindo a iniciativa pública incentivos de desenvolvimento e veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada, Art. 80 (Lei 9.394/96).

Na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) em seu Art. 62, §2º, A formação continuada e a capacitação de profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. Ainda no mesmo artigo, §3º, A formação inicial de professores de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso dos recursos e tecnologias de educação a distância.

Em 1997 o Ministério da Educação, formou um grupo de especialistas para criar a regulamentação do artigo 80 da LDB, onde sugeriram o Decreto nº 2.494 e 2.561 e em fevereiro de 1998 a Portaria nº 301, formando um conjunto de instrumentos indicavam os procedimentos que deveriam ser adotados pelas instituições para obter o credenciamento do MEC para ofertar cursos de educação a distância.

Em 2001, o Conselho Nacional de Educação editou a Resolução nº 01, que disciplina a oferta dos cursos de pós-graduação a distância no país, fixando seus limites e estabelecendo as exigências para o reconhecimento de cursos a distância ofertados por instituições estrangeiras. Nesse mesmo ano foi publicado pelo MEC a portaria nº 2.253 que permite universidades, centros universitários, faculdades e centros tecnológicos oferecer até 20% da carga horária dos cursos já reconhecidos na modalidade a distância.

Em janeiro de 2002, o MEC criou uma Comissão Assessora para Educação a Distância, formada por especialistas em EaD, representantes de instituições públicas e privadas e membros do próprio ministério, avaliaram as regulamentações do artigo 80 da Lei nº 9.394 (LDB) e verificaram as necessidades de mudanças nas normatizações e rediscutir as políticas públicas para área de educação a distância. Em agosto do mesmo ano o grupo decidiu a indicação de uma nova regulamentação, e no relatório apresentaram entre as necessidades de mudança: A revisão dos critérios e procedimentos adotados pelo MEC para autorizar e reconhecer cursos a distância; Construção de Padrões Nacionais de Qualidade para EaD; Eliminação da necessidade de credenciamento específico em EaD para as instituições já autorizadas pelos sistemas a atuar no ensino presencial; Integração da EaD ao planejamento pedagógico das instituições, por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional, referenciado pelas diretrizes curriculares e pelos padrões de qualidade nacionais de cursos; Comprometimento dos projetos pedagógicos com a justiça social e com a heterogeneidade, em direção a um patrimônio social comum.

3.1 - Universidade Aberta do Brasil

Em 2005, por meio do Ministério da Educação (MEC) a modalidade se destacou na educação superior com a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) com objetivo de expandir a educação superior, considerando o processo de democratização e acesso a este nível educacional. Após regulamentação, a modalidade a distância, especificamente na educação superior, cresceu e de acordo com dados do INEP, entre 2003

e 2013, essa modalidade representava 15% das matrículas de graduação no Brasil, conforme figura 1:

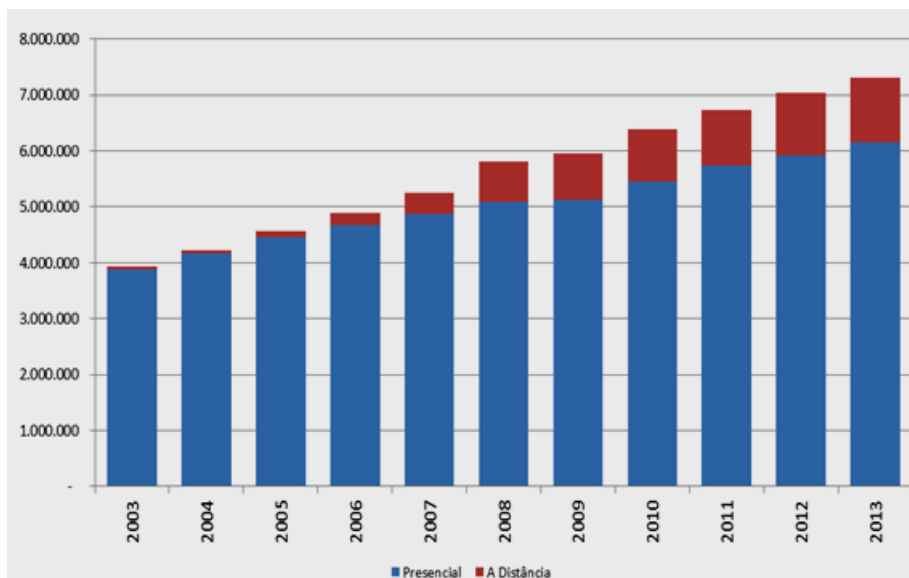


Figura 1: Evolução das Matrículas de Educação Superior de Graduação, por Modalidade de Ensino - Brasil 2003-2013

Fonte: MEC/INEP.

No período 2012-2013, a matrícula cresceu 3,9% nos cursos presenciais e 3,6% nos cursos a distância. Os cursos a distância já contam com uma participação superior a 15% na matrícula de graduação.

Em 2005, por meio do Ministério da Educação (MEC) a modalidade também se destacou na educação superior com a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) com objetivo de expandir a educação superior, considerando o processo de democratização e acesso a este nível educacional.

O Sistema UAB resulta de uma parceria entre MEC, governos estaduais, municípios e universidades. Nessa parceria, o papel do Ministério da Educação é incentivar o desenvolvimento de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como a educação continuada, conforme é mencionado no Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96). Os governos estaduais e municipais são responsáveis por subsidiar a estrutura física dos pólos presenciais, necessários a esta modalidade de ensino.

O Sistema UAB é apresentado como política pública de formação de professores inicial e continuada, instituído pelo Decreto nº5.800, de 8 de junho de 2006, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior e ainda fomentar a modalidade de educação a distância nas Instituições de Educação Superior (IES) públicas em parceria com três níveis governamentais e brasileiro (federal, estadual e municipal) além de viabilizar alternativas para o fomento, implantação e execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada.

As instituições que fazem parte do Sistema UAB são as universidades públicas federais, estaduais, municipais e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, elas são exclusivamente públicas e responsáveis pela criação dos projetos pedagógicos dos cursos com base nos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (2007), documento apresentado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), do Ministério da Educação (MEC).

A Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, atribui à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a responsabilidade de subsidiar o MEC na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a educação básica. No Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, institui a Política Nacional de formação de Magistério da Educação Básica obedecendo os princípios de garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presenciais e a distância. Ainda de acordo com esse Decreto, a formação inicial de profissionais do magistério dará preferência na modalidade presencial e buscará a ampliação das matrículas nos cursos de licenciaturas e pedagogia pelas Instituições Públicas de Educação Superior (IPES), atendendo professores que atuam na educação, mas ainda não tem formação superior (primeira licenciatura), também os professores que lecionam em áreas diferentes de sua formação (segunda licenciatura) e os bacharéis sem licenciatura que necessitam de estudos didático-pedagógicos complementares para o pleno exercício do magistério.

A UAB dialoga com os objetivos do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNE) que foi oficializado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, cujas metas visam ampliar com apoio da União, Estados e Municípios, os programas de formação continuada aos professores para atender a qualificação mínima exigida pela LDB, observando as diretrizes e parâmetros curriculares, além de desenvolver programas de educação a distância, que representa uma alternativa de inclusão educacional num país com uma vasta dimensão territorial, devendo atender também as configurações do mundo do trabalho da sociedade capitalista cabendo ao governo o desafio de criar legislações específicas rompendo paradigmas presenciais.

Assim, a UAB é apresentada como uma possibilidade de formação inicial e continuada para professores da educação básica e capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores da educação que estão em pontos distantes do país via modalidade de educação a distância favorecendo a democratização da educação com necessidades de regulação, supervisão e avaliação para cumprir os objetivos e desenvolver mecanismos que fomentem a implantação e execução de cursos de graduação e pós-graduação nas universidades públicas em parceria com os três entes governamentais brasileiro.

4. Considerações

Após pesquisa realizada com materiais bibliográficos podemos perceber que a trajetória da educação a distância não é tão recente e está associada as formas de comunicação da sociedade, uma vez que os recursos utilizados para auxiliar nesta modalidade são associados ao desenvolvimento dos meios de comunicação de cada época

contribuindo assim para sedimentação desta modalidade tão importante e que vem ganhando espaço na ampliação da educação mundial, embora ainda seja muito questionada, percebe-se muitos esforços para que a qualidade seja seu ponto principal na formação, além de ser uma modalidade barata ainda há muitos desafios a serem superados, principalmente o desafio da falta de intimidade das novas tecnologias que se inovam e renovam a todo momento com objetivo de ser cada vez mais útil para sociedade. O trabalho também oportunizou fazer um levantamento histórico da educação superior a distância, como seus marcos legais e do sistema Universidade aberta do Brasil que colabora com a ampliação do acesso a formação superior contribuindo principalmente na formação de professores que tem mais dificuldades de frequentar a modalidade de ensino presencial e que residem distante de centros universitários. Assim a contribuição deste estudo é apresentar de maneira resumida a origem da EaD e suas propagações até o nível superior em nosso país com a intenção de valorizar esta modalidade não apenas em suas práticas, mas gerar pesquisas que avancem ainda mais na sedimentação e fortalecimento desta modalidade de ensino e aprendizagem.

5. Referências

ABRANTES, P. Para uma teoria da socialização Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXI, 2011.

ARETIO, L. G. Aprender a Distância. Estudiar en la UNED. Instituto Universitario de Educación a Distancia. Madrid: UNED, 1997.

BERTINI, L. F.; CARNEIRO, R. F. A comunicação virtual de aprendizagem de um curso a distância para formação de professores. Revista Educação em Questão, Natal, V. 52, n. 38, p. 137-162, mai/ago.2015.

BORBA, M. C.; MALHEIROS, A. P. S.; ZULATTO, R. B. A. Educação a distância on line. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ENTWISTLE, Noel; PETERSON, Elizabeth. Conception's of learning and knowledge in higher education: relationships with study behavior and influences of learning environments. International Journal of Education Research, Contemporary Research Center, Adelaide (Australia), n. 41, p. 407-428, Mar, 2004.

FERREIRA, A. L. Entre flores e muros: narrativas e vivências escolares. Porto Alegre: Sulina, 2006.

FERREIRA, A. L. Socialização na Universidade: Quando apenas estudar não é suficiente. Revista Educação em Questão, Natal, V. 48, 34, p. 116-140, jan./abr.2014.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HOLMBERG, B. Educación a distancia: situación y perspectivas. Buenos Aires: Kapeluz, 1985.
LOBO NETO, F. J. S. Tecnologia educacional. Revista Tecnologia Educacional, v. 25, n. 130, p. 43-45, mai. 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA:
http://portal.inep.gov.br/visualizar/asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8

MASETTO, Marcos. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: MORAN, José Manoel;

MASETTO, Marcos; BEHRENS, Maria aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2003.

MORAN, J. M. et al. Novas Tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2003.
PAIVANDI, S. A relação com o aprender na universidade e o meio ambiente de estudos. Revista Educação em Questão, Natal, V. 48, 34, p. 39-64, jan./abr., 2014.

PRETI, Oreste (org.). Educação à Distância: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: NEAD/IE-UFMT; Brasília: Plano, 1996.

SARAIVA, L; PERNIGOTTI, J. M; BARCIA, R. M.; LAPOLLI, E. M. Tensões que afetam os espaços da educação à distância. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 483-491, set./dez., 2006.

VALENTE, J.A. (Org.). Formação de educadores para o uso da informática na escola. Campinas, SP: Unicamp/Nied, 2003.